



Governo do Distrito Federal  
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil  
Departamento de Compras  
Divisão de Licitações e Contratos

Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**Referência:** Concorrência Eletrônica nº 90001/2024 – DECOMP/DA

**Objeto:** Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia, bem como As Built (“Como Construído”); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários à entrega final, em condições de funcionamento, do Hospital de São Sebastião - HSS, a ser localizado na AE 05, Área Especial, Alto Manguelral - São Sebastião/DF., devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

1.

DA INTRODUÇÃO
- 1.1.

A Concorrência Eletrônica nº 90001/2024 – DECOMP/DA, teve o seu edital publicado no dia 28 de junho de 2024, com abertura do certame prevista para o dia 30 de setembro de 2024 às 9h.
- 1.1.1.

No dia 26 de agosto de 2024, foi apresentado o presente pedido de impugnação, conforme documento (149423426).
2.

DA TEMPESTIVIDADE
- 2.1.

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente impugnação, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.
3.

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE
- 3.1.

Em se tratando de aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, no termo do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (149423792).
- 3.2.

Em resposta, a área demandante exarou Nota Técnica 31 (150224839).
- 3.3.

Em suas razões, a empresa pugna por:

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE	DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO
<p>No item 10.2.2.9 do Termo de Referência, apresentado no formato da tabela 3, é exigido, como critério para pontuação da experiência da empresa, que as certificações a serem apresentadas, tanto para a elaboração de projeto, como para a execução de obras, estejam dentro do recorte particular de “prediais hospitalares”.</p> <p>Imagem 01. Fl. 28 do Termo de Referência.</p> <div><div>1</div><div>Elaboração de projeto de <b>edificações prediais hospitalares (com certificação sustentável "LEED for Healthcare") OU outra certificação sustentável, que atenda as premissas a seguir relacionadas:</b></div></div> <p>Imagem 02. Fl. 29 do Termo de Referência.</p> <div><div></div><div>Execução de <b>obras prediais hospitalares (com certificação sustentável "LEED for Healthcare") OU outra certificação sustentável, que atenda as premissas a seguir relacionadas:</b></div></div> <p>Assim, somente seria válida a apresentação de atestados de execução de obras prediais hospitalares com a certidão chamada “LEED for Healthcare” ou outra também de cunho sustentável que atenda as premissas elencadas na tabela, considerando o recorte acima destacado.</p> <p>Diante disso, serve o presente para impugnar que a certidão solicitada no Termo de Referência possa estar tão somente vinculada à área hospitalar, na medida em que existem outras certificações LEED, com grau similar de exigência, que de igual forma atestam a certificação ambiental para edifícios e asseguram a adoção de práticas de construção sustentáveis.</p> <p>Como se verá, tal exigência é prescindível para a atestação da qualidade técnica das licitantes, e, sua manutenção, em verdade: (i) restringe excessivamente o caráter competitivo da licitação e (ii) impede que a Administração Pública tenha acesso a uma maior quantidade de propostas, aptas a trazer economicidade e vantajosidade ao erário.</p> <p><b>Primeiro</b>, quanto à possibilidade de apresentação de projeto com certificação “LEED for Healthcare”, é preciso esclarecer que a certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) é atribuída para construções sustentáveis em geral, englobando, portanto, diversas áreas de atuação e setores da economia.</p> <p>A título de exemplo, existe a LEED para Projeto e Construção de Edifícios (BD+C): focado em novas construções e grandes reformas, abrangendo setores como hospedagem, saúde e educação; LEED para Design e Construção de Interiores (ID+C): voltado à sustentabilidade em ambientes internos, melhorando a qualidade de vida dos ocupantes; LEED para Operação e Manutenção de Edifícios Existentes (O+M): destinado a edifícios já existentes, visando melhorar a eficiência operacional e reduzir impactos ambientais e LEED para Desenvolvimento de Bairros (ND): focado em projetos de desenvolvimento urbano sustentável, incluindo bairros e comunidades.</p> <p>É dizer: também essas outras certificações de LEED, que não a decorrente de prédios hospitalares, têm o condão de cumprir com a finalidade da ilustre comissão licitante, pois,</p>	<p>Esclarecemos que as condições de experiência da empresa estabelecidas no Edital em comento estão em conformidade com a legislação em vigor, bem como observa jurisprudência predominante.</p> <p>Inicialmente, destacamos que a execução do objeto tem amparo legal disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023, conforme Termo de Referência - NOVACAP/PRES/GTCOUH (144702439), bem como o disposto no Preâmbulo do Edital:</p> <p><b>A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP</b>, por meio do Agente de Contratação, designada pelo Diretor Presidente, em conformidade com os termos do Processo nº 00112-00027924/2023-18, a determinação do Grupo de Trabalho para Construção de Unidades Hospitalares nele contida e com observância às disposições do presente Edital; da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, demais leis estaduais e federais e decretos pertinentes ao objeto da licitação, bem como as suas devidas alterações pelo Regulamento de Licitações e Contratos, aprovado pelo Conselho de Administração da NOVACAP e Acordo de Cooperação Técnica (ACT) em tramitação no processo nº 00060-00573132/2023-37, <b>torna público que fará realizar licitação pelo critério de TÉCNICA E PREÇO, no regime de execução indireta – CONTRATAÇÃO INTEGRADA, no modo de Disputa FECHADO e na forma ELETRÔNICA, objetivando a Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia, bem como As Built (“Como Construído”); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários à entrega final, em condições de funcionamento, do Hospital de São Sebastião - HSS, a ser localizado na AE 05, Área Especial, Alto Manguelral - São Sebastião/DF., devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.</b></p> <p>Em respeito a tal legislação, no art. 37 da Lei 14.133/2021 está previsto que:</p> <p><i>Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:</i></p> <p><i>I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de</i></p>

de igual modo, asseguram a capacidade técnica das licitantes para a execução de empreendimentos com comissionamento dos sistemas, controle sustentável do projeto, controle de gestão de resíduos e gestão de poluição durante a obra, essenciais ao objeto licitado.

Conforme se verifica no sítio eletrônico da Green Building Council Brasil, responsável pela certificação e pela disseminação do conhecimento em construção sustentável no Brasil, apenas 8 (oito) unidades hospitalares dispõem da certificação “LEED for healthcare” no país. Veja-se:

LEED ID	Confidencial	Nome do Projeto	Endereço	Cidade	UF	CEP	Sistema	Versão	Data Registro	Certificado	Data certificação
10101500	Não	Pavilhão Vicky e Joseph Saffra	Avenida Albert Einstein 527/701	São Paulo	SP	05651-901	LEED NC	2.2	26/06/2007	Sim	12/08/2010
10101489	Não	SIBRAVE- Unidade Periferias	Avenida Sumare esq. Rua Apicacas	São Paulo	SP	05016-090	LEED NC	2.2	26/06/2007	Sim	22/06/2012
10323379	Não	Hospital Siro Libanes - Building S-F-G	Rua Dona Adma Jafet, 91	São Paulo	SP	01308-050	LEED NC	2.2	23/10/2008	Sim	26/09/2016
100000931	Não	Edifício Hospitalar Oswaldo Cruz	RUA JOÃO JÚLIO, 331	São Paulo	SP	01323-903	LEED NC	3	17/07/2009	Sim	30/06/2015
1000009027	Não	Hospital HCOR 130	Rua Desembargador Eliseu Guilherme 130	São Paulo	SP	04004-030	LEED NC	3	31/08/2010	Sim	18/05/2017
1000019804	Não	Hospital Nove de julho - Torre A	Rua Prestito Gornide, 545, 357, 569	São Paulo	SP	01409-902	LEED NC	3	31/10/2011	Sim	29/03/2017
1000139884	Não	Hospital Oncopediátrico Erasmo	Rua Doutor Ovideio Amaral, 201	Curitiba	PR	81520-060	LEED v4 BD+C: HC	4	15/01/2021	Sim	30/08/2021
1000160588	Não	Hospital Salvius	R. Bresser, 1954	São Paulo	SP	03164-160	LEED v4.1 CH+M: EB	4.1	06/06/2022	Sim	19/12/2022

Nesse diapasão, a inclusão de exigência observada em amostragem ínfima, portanto, é uma excessiva restrição à competitividade do certame, já que impede a participação de empresas que detenham outras certificações LEED.

Quando se parte para análise dos empreendimentos em geral que dispõem de certificação LEED, extrai-se do sítio eletrônico da GBCB o número de 9981 (novecentos e noventa e oito) empreendimentos, muito superior àqueles vinculados tão somente a unidades hospitalares.

Para que não restem dúvidas do que se afirma, insere-se quadro comparativo entre a LEED for Healthcare, exigida pelo Termo de Referência e a LEED para Projeto e Construção de Edifícios (BD+C):

Aspecto	LEED for Healthcare	LEED para Novas Construções (BD+C)
Propósito	Projetos em instalações de saúde como hospitais, clínicas e centros médicos.	Projetos de novas construções, abrangendo edifícios comerciais, residenciais e industriais.
Categorias de Avaliação	Localização e Transporte (LT) Terreno Sustentável (SS) Eficiência da Água (WE) Energia e Atmosfera (EA) Materiais e Recursos (MR) Qualidade do Ambiente Interno (IEQ) Inovação (IN) Prioridade Regional (RP)	Localização e Transporte (LT) Terreno Sustentável (SS) Eficiência da Água (WE) Energia e Atmosfera (EA) Materiais e Recursos (MR) Qualidade do Ambiente Interno (IEQ) Inovação (IN) Prioridade Regional (RP)
Qualidade do Ambiente Interno	Foco em aspectos críticos para a saúde e conforto dos pacientes, como controle da qualidade do ar, ventilação e iluminação natural.	Foco na saúde e bem-estar dos ocupantes, promovendo a qualidade do ar, conforto térmico, acústico e iluminação natural.
Eficiência Energética	Implementação de sistemas eficientes de HVAC e iluminação, essenciais para o funcionamento contínuo das instalações.	Uso de tecnologias e sistemas eficientes para reduzir o consumo de energia nas instalações.
Gestão da Água	Minimização do uso de água e garantia da qualidade, com ênfase em tecnologias que suportem operações hospitalares.	Uso eficiente da água, coleta de águas pluviais e reciclagem de água, aplicável a todos os tipos de construções.
Materiais e Recursos	Escolha de materiais com baixo impacto ambiental e gestão eficiente	Seleção de materiais sustentáveis e práticas de gestão de resíduos

	de resíduos, incluindo resíduos médicos.	aplicáveis a qualquer tipo de construção.
Processo de Certificação	Avaliação e pontuação baseadas em critérios adaptados às necessidades das instalações de saúde, mas segue o processo geral do LEED.	Processo de avaliação baseado em pontos que considera a sustentabilidade geral da construção.
Níveis de Certificação	Certificado (40-49 pontos) Prata (50-59 pontos) Ouro (60-79 pontos) Platina (80-110 pontos)	Certificado (40-49 pontos) Prata (50-59 pontos) Ouro (60-79 pontos) Platina (80-110 pontos)

Ou seja, observa-se que, a despeito das singelas nuances das áreas de atuação, os critérios rigorosos de sustentabilidade, eficiência energética e impacto ambiental são preservados para todas as certificações LEED. Assim, não há motivo para a certificação, por exemplo, de LEED para Novas Construções (BD+C), não servir à exigência do item 10.2.2.9 do Termo de Referência.

Seria desarrazoado se assim mantivesse o entendimento da ilustre comissão de licitação da NOVACAP e mais: configuraria notória restrição à competitividade do certame. Isso porque a certificação restrita à LEED for Healthcare, ora impugnada, foi tão somente concedida a uma ínfima quantidade de empreendimentos no país.

Nesse contexto, cumpre enfatizar que o formalismo é flexibilizado no âmbito judicial a fim de extirpar condições e exigências editalícias em desacordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sob pena justamente de afetar a isonomia entre os participantes e a escolha da proposta mais vantajosa à Administração.

atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, **considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;** (grifamos)

Ademais, no art. 67, da Lei 14.133/2021 está evidenciado que:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

Salienta-se ainda que as exigências de qualificação relativas a obras em unidades hospitalares estão justificadas no item 10.2.3 do Termo de Referência - NOVACAP/PRES/GTCOUH (144702439):

10.2.3 Diante das especificidades inerentes às construções de edificações hospitalares, se faz indispensável que a CONTRATADA e seus profissionais de obra e de projeto, nas áreas de Arquitetura, Instalações Elétricas e Instalações Mecânicas, tenham experiência, fundamentalmente, na elaboração de projetos e na execução de obras de edificações hospitalares e / ou assistenciais de saúde, levando em consideração a necessidade de conhecimento em tais matérias exclusivas à execução de empreendimentos de tal natureza, cujas legislações e normativos são específicos para este fim, como se segue:

- RDC Nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 - Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;
- ABNT NBR 13534 de 2008 – Instalações Elétricas de baixa tensão – Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- ABNT NBR 7256:2022 - Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS)/Requisitos para projeto e execução das instalações;
- ABNT NBR 12188:2016 - Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviços de saúde .

[...]

**10.2.8 Diante do exposto, ficam justificadas as exigências de qualificação técnica constantes nos Itens 1 e 2 da Tabela 3, referente a Experiência da Empresa; Itens 3, 5 e 6 da Tabela 4 , referente a Qualificação da Equipe de Projetos; e Itens 1, 4 e 5 da Tabela 5, referente a Qualificação da Equipe de Obra.**

Destaca-se que a área a ser construída é estimada em 19.246,95 m<sup>2</sup>, enquanto a área mínima exigida para pontuação é de 9.623,47m<sup>2</sup>, que representa no máximo 50% da área a ser construída, conforme determina a Decisão Normativa nº 002/2003, expedida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e demais precedentes daquela Corte de Contas, tais como, as Decisões Ordinárias nº 3394/2014, 4211/2013, 781/2011 e Decisão Extraordinária nº 6610/2010.

De modo a preservar o interesse público na contratação da melhor proposta e da melhor empresa ou consórcio para execução do objeto em questão, o Edital em comento estabeleceu no item 10 do Termo de Referência - NOVACAP/PRES/GTCOUH (144702439) que a maior pontuação será obtida por aquela Proponente que comprovar a execução de obra com características semelhantes ao objeto contratado pela relevância das normas específicas de projeto e construção, referem-se a empreendimentos assistenciais de saúde. No entanto, conforme pode ser constatado na **Tabela 3 - Critério para Pontuação da Experiência da Empresa** (Item 2, Tabela 1), para não restringir em demasia a participação no Certame há possibilidade de apresentação de atestados relativos a "edificações prediais".

Não se pode deixar de considerar o objetivo das exigências de qualificação técnica da Proponente: estabelecer condições em Edital capazes de demonstrar que a Proponente e a sua equipe de profissionais têm experiência prévia necessária e suficiente para cumprir o objeto a ser contratado, a partir da comprovação de que

Nesse sentido que o Tribunal de Contas da União também privilegia o caráter competitivo do certame em detrimento de cláusula restritiva inerente ao critério da qualificação técnica da proponente, desde que, evidentemente, o atestado de qualificação técnica desponte crível e compatível com o bem jurídico vindicado no certame.

Assim, como já demonstrado, a proposta inserida na presente impugnação coaduna perfeitamente com a exigência de requisitos mínimos de capacitação técnica disposta no artigo 37, XXI, da Constituição Federal<sup>2</sup>, uma vez que a supressão do recorte de edificações hospitalares às certidões garante de igual modo a confiabilidade dos documentos aptos a garantir a capacidade da licitante para cumprir fielmente com as obrigações editalícias.

**Segundo, mesmo quanto à possibilidade de apresentação de outra certificação sustentável,** remanesce a necessidade de exclusão do direcionamento específico a edificações prediais hospitalares.

Além de afronta à competitividade, a manutenção da exigência também significa uma violação ao princípio da isonomia que, nos dizeres de Hely Lopes Meirelles, veda:

“(…) a cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desiguala os iguais ou iguala os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público, mas com destino certo a determinados candidatos. Essa é a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os Licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo desiguando os Proponentes por critérios subjetivos de predileção ou repúdio pessoal do administrador, mas sem nenhum motivo de interesse público, e sem qualquer vantagem técnica ou econômica para a Administração” (in Licitação e Contrato Administrativo, Ed. RT, 8ª Edição, pág. 23 e 24)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Neste ponto, destaca-se que as premissas pontuadas na tabela 3 para a apresentação de outra forma de certificação, que não a LEED for Healthcare, condizem exatamente com a capacidade profissional que é atestada por Certidões de Acervo Técnico seja para a elaboração, como execução de projetos de edificações em geral. Colaciona-se as premissas:

- Obter uma edificação com estrutura e processos ambientalmente responsáveis;
- Diminuir os custos operacionais e os riscos regulatórios;
- Fazer com que o empreendimento não se torne obsoleto, devido à modernização;
- Incentivar fornecedores a terem mais responsabilidades ambientais;
- Melhorar a segurança e a saúde dos trabalhadores e ocupantes, capacitando-os profissionalmente, aumentando o senso de comunidade e inclusão social;
- Aumentar a produtividade dos funcionários;
- Reduzir o consumo de água e energia, mitigando assim, os efeitos das mudanças climáticas;
- Utilizar materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, além da redução, tratamento e reuso dos resíduos da construção e operação.

Sem dificuldade, depreende-se que esses cuidados também estão presentes em obras de infraestrutura que não necessariamente hospitalares, sendo coerente a proposta que se faz na presente impugnação de exclusão deste recorte.

Pois bem.

Como exaustivamente posto, a impugnação ao item 10.2.2.9. e as mudanças respectivas não devem gerar qualquer prejuízo técnico à execução do objeto licitado, pois é certo que certificações de outras áreas de construção civil são suficientes para a atestação da qualidade técnica devidamente exigida no Edital.

Reitera-se que pela jurisprudência de diversos tribunais do país a interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.

A persistência de exigências excessivas pode acarretar redução da competitividade, conforme art. 67, da Lei 14.133/2021, o que reitera a impressão inicial de que a exigência em discussão é excessiva.

Portanto, em salvaguarda do interesse público e da imprescindível ampliação da competitividade, faz-se imperiosa as alterações propostas.

#### Conclusão:

Diante das considerações feitas, a fim de garantir a solidez e regularidade do Edital, bem como o devido atendimento aos ditames legais que o erguem, requer que a presente

já executaram obras semelhantes em natureza e complexidade, e que reúne condições mínimas para estabelecer contrato com a Administração Pública nos termos especificados no Certame.

**Portanto, em respeito ao princípio da eficiência dos atos administrativos não se admite que qualquer interessado tenha efetivas condições de executar o objeto dessa magnitude. É preciso selecionar, dentre tantos construtores, a empresa ou consórcio, com maior capacidade de minimizar o risco de inexecução contratual, pois, a não realização do objeto afetaria, negativamente, seu principal resultado: "ampliar a rede de assistência médica do SUS no Distrito Federal".**

impugnação seja apreciada e acolhida para determinação da alteração do item 10.2.2.9. do Termo de Referência nos moldes acima propostos.

Sendo o que nos cumpria para o momento, aguarda-se resposta dentro do prazo de 3 (três) dias úteis tal como estabelecido no item 4 do Edital.

#### 4. CONCLUSÃO

4.1. Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, entende-se pelo **não acolhimento** da Impugnação ao Edital.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e [compras.gov.br](http://compras.gov.br) (Portal de Compras Governamentais).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 04/09/2024, às 15:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **150280192** código CRC= **388F47F7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)